

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: ANALISANDO OS LIVROS DA DISCIPLINA NO PNLD 2018

Guilherme Nogueira de Souza ¹
Wallace Ferreira ²

RESUMO

A Lei 11645/08 é uma ampliação da Lei 10639/03 que versava sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas oficiais em todo território nacional. Fruto da ação política de movimentos sociais organizados em articulação com um governo de centro-esquerda, a legislação pretende apontar as contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil, da população afro-brasileira e indígena. Apesar de a lei indicar textualmente as disciplinas de Literatura, Educação artística e História brasileira como as principais responsáveis pelo ensino destas temáticas, o legislador também aponta que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar” (Lei 9394/96, Art. 26^a § 2º). Portanto, passados 16 anos da promulgação da Lei 10639 e 11 anos da promulgação da Lei 11645, este trabalho pretende analisar qual a contribuição da área de Sociologia na Educação Básica para a consolidação da intenção do legislador quando da construção da legislação em questão. Para tanto, pretende-se analisar, neste texto, os livros didáticos de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático, edição 2018, distribuídos nas escolas públicas de todo país. Ao todo, foram aprovadas cinco obras. Estas serão analisadas com o intuito de observar de que maneira os temas propostos pela Lei 11645/08 se apresentam na concepção dos livros didáticos.

Palavras-chave: Livro didático, Ensino de Sociologia, Lei 11645/2008, Relações étnico-raciais, Educação antirracista.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar de que maneira uma política pública de concepção antirracista, que pretende intervir nos processos educacionais, se faz manifesta nos livros didáticos de Sociologia distribuídos às escolas públicas de todo o país. Neste sentido, o artigo está internamente estruturado em três grandes eixos: a questão do livro didático e sua relação com as políticas públicas de educação em seus diferentes contextos históricos no Brasil; a Lei 11645/08, entendida como mecanismo formal de luta antirracista; e a análise do material didático de Sociologia aprovado no último Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2018) e distribuídos pelas escolas de todo o país.

A Lei 11645/08 é uma ampliação da Lei 10639/03. A Lei 10639 versava sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas oficiais em todo território nacional. Fruto da ação política de movimentos sociais organizados em articulação com um

¹ Professor Adjunto (CAp/UERJ). Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais (LEPCS). Chefe do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. guilherme.souza@uerj.br;

² Professor Adjunto (CAp/UERJ). Coordenador Sociologia. [Wallaceuerj@yahoo.com.br](mailto:w Wallaceuerj@yahoo.com.br).

governo de centro-esquerda, a legislação em questão pretende apontar as contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil, da população afro-brasileira e indígena. Apesar de a lei indicar textualmente as disciplinas de Literatura, Educação artística e História brasileira como as principais responsáveis pelo ensino destas temáticas, o legislador também aponta que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar” (Lei 9394/96, Art. 26^a § 2^o).

Portanto, passados 16 anos da promulgação da Lei 10639 e 11 anos da promulgação da Lei 11645, este trabalho pretende analisar qual a contribuição da área de Sociologia na Educação Básica para a consolidação da intenção do legislador quando da construção da legislação em questão. Para tanto, este trabalho pretende analisar os livros didáticos de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático, edição 2018, distribuídos nas escolas públicas de todo o país. Ao todo, foram aprovadas cinco obras. Estas serão analisadas com o intuito de observar de que maneira os temas propostos pela Lei 11645/08 se apresentam (ou não) na concepção dos livros didáticos. Ao todo, foram aprovadas e distribuídas cinco obras, totalizando uma distribuição de 7.586.047 exemplares ao custo de R\$ 90.097.245,97, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)³.

METODOLOGIA

O livro didático é a principal ferramenta de ensino-aprendizagem presente nas escolas brasileiras (TAGLIANI, 2011). Apesar da supervalorização das suas potencialidades enquanto instrumento educacional – a ponto de ser fetichizado, como aponta Silva (2012) – a centralidade do livro didático, entendido como ferramenta mais acessível a alunos e docentes, é indiscutível. O PNLD em muito tem contribuído para esta centralidade, por vezes tornando o livro didático a única obra disponível para leitura em muitas residências do país (TAGLIANI, 2011; DI GIORGI, 2014). E, tendo em vista a complexa relação entre currículo e livro didático, como apontada por Lisbôa et al (2011), há de se supor a sua centralidade potencial também na organização dos programas de curso, na seleção de conteúdos e na preparação de aula por parte dos professores. É neste contexto que o presente trabalho pretende, assentado na análise documental, avaliar as potencialidades para implementação da

³ Dados disponíveis em <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acessado em 20/08/2019.

Lei 11645 via a oferta de instrumentos e conteúdos para o trabalho docente na Educação Básica. Para tanto, foram analisadas as cinco obras aprovadas para o PNLD 2018, a saber: *Sociologia em movimento* (SILVA et al, 2016), Editora Moderna; *Sociologia* (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2016), Editora Scipione; *Sociologia hoje* (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2016), Editora Ática; *Sociologia para jovens do século XXI* (OLIVEIRA; COSTA, 2016), Editora Imperial Novo Milênio; *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY et al, 2016), Editora do Brasil.

O centro da análise está na frequência e disposição das temáticas concernentes à Lei 11645/08. Observou-se a apresentação do tema em eixos centrais e a maneira como ele aparece enquanto subtema ou tema correlato em capítulos diversos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 – Manual didático como parte da ampliação dos sistemas educacionais

O manual didático ou livro didático é herdeiro de ampla tradição assentada na centralidade das referências escritas como fonte do conhecimento acumulado e digno de reprodução intergeracional que vai marcar os mecanismos de formação moral e intelectual das sociedades que criaram as mais diversas formas de escrita. Sendo reinventado no tempo e correspondendo aos processos sociais e políticos de cada época, a forma de registro dos conhecimentos em substrato físico vai acompanhar as transformações culturais das distintas sociedades. Entre o códex e os materiais didáticos criados pelos reformadores protestantes, o livro assumiu papel fundamental na conservação, reprodução e disseminação dos conhecimentos acumulados por parte das sociedades europeias e nos territórios que sofreram ação colonial europeia.

Sua origem está na cultura escolar, mesmo antes da invenção da imprensa no final do século XV. Na época em que os livros eram raros, os próprios estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de textos. Com a imprensa, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo a concepção do livro como “fiel depositário das verdades científicas universais” foi se solidificando. (GATTI JÚNIOR, 2004, p.36)

O caráter de “repositório das verdades científicas” se torna central à medida que a experiência da educação formal é afetada pelos reformadores protestantes europeus. Apesar de sua justificação religiosa, foi a Reforma Protestante que deu fôlego para o avanço da

democratização do às escolas ou, ao menos, ao letramento mais elementar, dando origem, em muitos países, aos sistemas públicos, mesmo que não necessariamente laicos, de educação. Na Alemanha, por exemplo, a instauração de uma educação compulsória, voltada às primeiras letras e à alfabetização em massa, ofertada pelo Estado, é um processo indissociável da expansão do luteranismo e de sua concepção de relacionamento entre o fiel e a divindade via livre leitura das Escrituras cristãs (BARBOSA, 2011).

Se, por um lado, os sistemas educacionais originados na reforma protestante foram importantes para redução dos índices de analfabetismo em períodos variados, por outro, a emergência de uma escola laica e comprometida com o conhecimento racional e científico só ocorre na passagem do século XVIII para o século XIX.

Simultâneo ao processo de criação e ampliação dos sistemas educacionais, as políticas de ampliação de acesso à educação formal apresentam o desafio de também formar professores num momento anterior aos cursos de formação. Este desafio tornava o livro didático um instrumento fundamental para compensar a própria ausência de formação adequada dos docentes.

No século XIX, o livro didático surgiu como um adicional à Bíblia, até então, o único livro aceito pelas comunidades e usado nas escolas. Somente por volta de 1847, os livros didáticos passaram a assumir um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional. Os primeiros livros didáticos, escritos sobretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados. (OLIVEIRA et al, 1997, p. 26)

Os manuais didáticos foram progressivamente assumindo maior importância e complexidade à medida que a divisão dos conhecimentos e o nível de especialização se ampliavam em decorrência da revolução científica e da ascensão do positivismo enquanto método científico. Cabe frisar que os positivistas foram centrais na defesa da educação laica e republicana, assim como na defesa de um sistema educacional que tivesse como referência o conhecimento científico e a formação racional. Proponentes de um sistema de escola dual, o acesso às letras superiores e ao conhecimento científico seriam redutos das elites culturais e econômicas, ao mesmo tempo que defendiam uma educação de base racional, mas apenas inicial, para a formação das massas de trabalhadores.

2 – A influência dos positivistas nos sistemas educacionais no Brasil

A influência dos positivistas no Brasil do século XIX foi ampla, sendo Benjamin Constant o mais emitente deles e aquele que mais impacto produziria na estruturação dos

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

sistemas educacionais no Brasil daquele século. Tendo entrado nos círculos intelectuais brasileiros através da Faculdade de Direito de Recife, o pensamento positivista vai se assentar no Rio de Janeiro, capital do Império, pelas mãos de Constant e outros seguidores.

Já na capital do Império, a incumbência de iniciar os jovens estudantes da Escola Militar na doutrina francesa coube ao general Benjamin Constant. Em 1876, Constant esteve entre os fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, entidade a qual, cinco anos mais tarde, daria origem ao famigerado Apostolado. Conforme a observação de Lemos (1997), o militar fluminense interpretou o ideário positivista de um modo deveras peculiar, corroborando a metodologia comtiana ao mesmo tempo em que repudiava o sectarismo e a intolerância política de alguns de seus pares. (SALOMÃO, 2016, p. 6)

As reformas educacionais do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX estiveram marcadas pela influência teórica e política do positivismo e sua íntima relação com uma elite acadêmica e militar. Elite esta central para a constituição do Estado republicano.

A partir da segunda metade do século XIX, as ideias de Auguste Comte permearam as mentalidades de muitos mestres e estudantes militares, políticos, escritores, filósofos e historiadores. Vários brasileiros adotaram, ou melhor, se converteram ao positivismo, dentre eles o professor de matemática da Escola Militar do Rio de Janeiro Benjamin Constant, o mais influente de todos. Tais influências estimularam movimentos de caráter republicano e abolicionista, em oposição à monarquia e ao escravismo dominante no Brasil. A Proclamação da República, ocorrida através de um golpe militar, com apoio de setores da aristocracia brasileira, especialmente a paulista, foi o resultado “natural” desse movimento. (VALENTIM, 2010, p. 11)

Portanto, é no contexto de uma elite marcada direta e indiretamente pelo ideário positivista e pelo racismo científico, à época com validade de ciência de fato, que se instaura uma série de políticas públicas nacionais, dentre elas as políticas demográficas, que vão marcar a tentativa de substituição da população trabalhadora de origem africana pela população trabalhadora de origem europeia, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX (SEYFERTH, 1996, p. 46). O projeto de substituição da mão-de-obra escravizada teve por base a tentativa de substituição população de origem africana mais do que apenas a substituição de um modo perverso de organização da produção. Política esta que teve impacto até mesmo nas nascentes políticas educacionais.

Os negros não levaram vantagens durante a primeira constituição [1824], não vieram a aparecer, até mesmo porque estavam associados ao trabalho manual e não deveriam dele ser apartados a fim de não prejudicar a produção e não degradarem o trabalho intelectual. Em seu artigo 94, inciso II, impediu, formalmente, que todo o segmento populacional negro tivesse acesso a direitos básicos como, por exemplo, o de votar e de ser votado, formalizando a exclusão, limitando o ensino somente aos

cidadãos brasileiros sem que o negro participasse da vida ativa, econômica, social, política e do sistema oficial de ensino, visto que, a grande maioria dos escravos era de origem africana. Algumas leis foram criadas, a Reforma de Couto Ferraz a partir do Brasil Império, pelo através do Decreto nº 1.331 de fevereiro de 1854, que não permitia aos escravos o acesso às escolas públicas. Neste contexto, a previsão de instrução para adultos dependia da disponibilidade (boa vontade) dos professores. Dentro da mesma linha, o Decreto nº 7.031 de setembro de 1878, os negros poderiam frequentar o período noturno, no entanto, os negros dependiam da boa vontade de seus senhores, e das condições físicas, depois de um dia ou até mesmo noites de árduo trabalho, o que também continuava a dificultar seu acesso às escolas. (SANTOS *et al.*, 2013)

As reformas educacionais deste período, por sua vez, também foram reflexo dessa influência. Não sem propósitos, o projeto de entrada da Sociologia na grade curricular dos cursos normais apontava para uma necessidade moralizadora das relações sociais, tendo em vista o “progresso” desta ex-colônia marcada pelo escravismo e pela predominância de uma massa populacional mestiça e aquém dos valores culturais, morais e científicos da “civilização”. A reforma educacional de 1891 que Constant idealizou já tinha tal elemento como constitutivo de um projeto de nação.

A influência positivista na educação brasileira e, em especial, na constituição dos primeiros materiais didáticos produzidos por aqui se expressa também na recorrência com que o pensamento de Herbert Spencer (1820 – 1903) aparece nos materiais didáticos de Sociologia em sua primeira geração. Meucci (2001, p.129-130), ao analisar os primeiros manuais didáticos de Sociologia, aponta a recorrência da presença do intelectual britânico nas referências das obras de diferentes autores. Os materiais didáticos neste contexto não somente eram expressão de modelo de produção de conhecimento, mas também de um projeto de nação. Algo semelhante aparece na pesquisa de Brito (2010) ao analisar o primeiro manual didático publicado por Fernando Azevedo (1894 – 1974), no ano de 1935. Nele há um projeto de ciência social, mas também um projeto político-educacional no qual o livro didático serviria como fonte formadora de estudantes e professores para as letras superiores e para o conhecimento entendido como científico naquele momento.

Neste sentido, a constituição das estruturas educacionais brasileiras a partir da segunda metade do século XIX articulou, através das diretrizes educacionais, um projeto mais amplo de nação ao republicanismo assentado no positivismo e tendo como consequência um projeto elitista de escola à medida que as demandas por serviços educacionais se ampliavam com o crescimento dos aglomerados urbanos e o aumento do número de migrantes brancos pelo território. Como a escolarização dos filhos de escravizados ou de ex-escravizados não se tornou uma prioridade no projeto de nação das elites recém-convertidas ao republicanismo, a demanda que interessava era das famílias brancas de origem migrante. Pode-se ver, portanto,

que a educação e, por conseguinte, a produção de material didático, respondeu, de maneira direta ou indireta, às articulações socio-político-culturais de uma época particular.

Esta percepção é importante para possibilitar uma apreensão adequada do processo de consolidação da política pública de produção e distribuição de livros didáticos no Brasil. Tal qual as necessidades geradas pela reforma protestante e sua concepção político-religiosa no século XVI, a política de produção de livros didáticos no Brasil respondeu a um contexto social bastante particular. Os livros didáticos, outrora importados, de baixa qualidade e traduzidos de línguas estrangeiras para o português, passaram à produção nacional em decorrência de transformações econômicas e sociais do século XX. Neste contexto de ampliação e fortalecimento dos migrantes brancos, do crescimento da população urbana, de transformações no processo produtivo e em meio ao colapso econômico gerado pela crise de 29 – tendo que enfrentar os dilemas que envolviam uma massa de semialfabetizados e analfabetos em uma economia em transformação – que o país inicia uma política pública voltada à produção e distribuição de conhecimento via material didático sob controle do Estado (FREITAG, 1987). Até então os manuais eram majoritariamente importados da França. O surgimento de uma política institucional de distribuição de material didático é quase que simultânea ao próprio surgimento dos sistemas educacionais públicos nas cidades país afora.

3 – A política pública para o livro didático da Era Vargas ao pós-ditadura militar

Como parte dos esforços de modernização conservadora empreendidos por Getúlio Vargas a partir do golpe que deu fim à Primeira República, buscou-se uma política de centralização dos processos educacionais, incluindo aí a produção de livros didáticos para o ensino regular. Eram os anos 30 do século XX, período de enorme efervescência e debate sobre os rumos da educação nacional. O "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (AZEVEDO, 2006), publicado em 1932, é expressão deste processo de efervescência cultural em torno das políticas de educação básica e superior.

A criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), via decreto-lei 1006/38, é o marco legal de fundação de uma política de Estado voltada à produção e distribuição de materiais didáticos (FREITAG, 1987). Apesar da CNLD ter tido forte papel político-ideológico, servindo como instrumento de controle dos materiais didáticos por parte do Estado num contexto de autoritarismo e de suspensão das liberdades democráticas, a política educacional de produção de materiais didáticos para as escolas públicas brasileiras nasce

neste momento. Mesmo marcado por inconstâncias e reformulações, a política de fornecimento de material didático sobreviveria aos diferentes momentos políticos ao longo de mais de 7 décadas, chegando até a contemporaneidade.

Extinta em 1960, a CNLD dá lugar a diferentes experimentações nos anos da ditadura militar. É deste período o controverso acordo MEC (Ministério da Educação e Cultura) - USAID (United States Agency for International Development) a respeito à assessoria para planejamento do sistema de ensino, particularmente do ensino superior, assinados em 1965 e 1967 (PINA, 2011; PASSOS, 2010). Entretanto, mantiveram-se sob o controle do Estado os mecanismos de seleção das obras e, portanto, de controle sobre a vida dos estudantes e sobre o tipo de conhecimento que poderiam acessar nas obras. Tais acordos redundaram na reforma do ensino superior e na adoção do regime de créditos semelhantes às universidades norte-americanas.

No que tange a produção de livros didáticos, tais acordos reduziram o tempo de vida útil das obras, retiraram o seu caráter de material a ser reutilizado, transformando os livros em material de consumo de curta duração. Associada a isto, aponta-se a perda de qualidade do material didático ofertado aos estudantes. A parceria MEC/USAID manteve-se até o final dos anos 70. Em 1971, nasce o Programa do Livro Didático, antecessor do Programa Nacional do Livro Didático, que viria a nascer em 1985, já no contexto da redemocratização. O PNLD, que nasce a partir da redemocratização, traz o espírito do seu tempo, sendo marcado por progressiva descentralização nos processos decisórios e, ao mesmo tempo, criando um mercado editorial gigantesco nos últimos anos.

Das inúmeras formas experimentadas pelos governantes para levar o livro didático à escola durante 67 anos (1929/1996), só com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), em 1997, e com a transferência da política de execução do PNLD para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é que começam sua produção e distribuição de forma contínua e massiva. Todos os estudantes do ensino fundamental passam a receber livros didáticos de todas as disciplinas. A partir daí, o programa deslança. Em 2001, começa a distribuição de dicionários de Língua Portuguesa para os alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental e de livros em braile para os alunos cegos. No ano seguinte, os alunos de 4ª e 5ª séries passam a receber a coleção Literatura em Minha Casa. Em 2003, dicionários são entregues aos alunos da 1ª, 7ª e 8ª séries. Em 2004, o Ministério da Educação cria o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), que vai distribuir, no próximo ano, livros de Matemática e de Português para todos os alunos matriculados na 1ª série do ensino médio das escolas públicas.⁴

Em comparação com as versões anteriores, o PLND que emerge após 1985 foi marcado por algumas rupturas importantes com relação às experiências progressas:

⁴ Disponível em <http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/pnld/5164-livro-didatico--75-anos-de-historia>. Acessado em 20/06/2019.

Indicação do livro didático pelos professores; Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias; Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores⁵.

Também nos anos 90 se estruturam os documentos “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos” – documento público que aponta para os critérios de seleção das obras submetidas pelas editoras – e o “Guia de Livros Didáticos” – material utilizado para facilitar a avaliação e seleção dos títulos por parte dos professores da Educação Básica. Esse processo fez parte de um movimento por ampliação de participação civil nas estruturas do Estado e em decorrência da perspectiva de reforma gerencial que marcará os governos pós-ditadura na década de 90 (BRESSER-PEREIRA, 2017).

4 – A Lei 11645 no contexto das ações estatais

Como se pôde observar até o momento, a estruturação dos sistemas educacionais e a produção de material didático – enquanto política pública subjacente – esteve intimamente relacionada aos processos sociais e políticos mais amplos. Não fora distinto na República Velha e a enorme influência do Positivismo nas concepções de educação e, conseqüentemente de material didático, assim como não fora diferente na ascensão de Getúlio Vargas e seu projeto político centralizador. A mesma relação não linear de influência se desenvolveu no processo de redemocratização, especialmente sob a égide de um governo de centro-direita focado na reforma gerencial do Estado ou sob a égide de um governo de centro-esquerda que se articulou com intuito de atender demandas históricas de suas bases sociais no campo educacional. A obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio foi um desses compromissos, a aprovação de políticas de combate ao racismo, como a Lei 10639/03 e 11645/08, também são expressão de um momento histórico e de um contexto político-institucional favorável à incorporação destas demandas sociais às agendas de governos.

Originado como projeto de Lei 259/99, a Lei 10639/03 foi uma iniciativa legislativa apresentada à Câmara do Deputados pelos parlamentares Esther Grossi (PT/RS) e Ben-hur

⁵ Disponível em <http://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/remanejamento/item/518-historico?highlight=WyJsaXZybyIsImRpZFx1MDBlMXRpY28iLCJsaXZybyBkaWRcdTAwZTF0aWNvIl0=>
Acessado em 20/06/2019.

Ferreira (PT/MS), ainda no primeiro trimestre de 1999 (PINOTTI, 2016). Sendo ambos os deputados professores, organizaram o projeto original de maneira a alterar a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 1996), estabelecendo a inclusão no currículo oficial de toda rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Tendo tramitado sem maiores percalços, o projeto foi aprovado em 2003, sendo sancionado pela Presidência da República com veto parcial a dois itens específicos: o primeiro foi a previsão de cursos de formação de professores em associação com as entidades do movimento negro; o segundo versava sobre a reserva de percentual da carga-horária das disciplinas especificamente citadas no projeto para a ministração da temática.

Como aponta Pinotti (2016), o êxito do projeto foi resultado de uma confluência de agentes políticos ligados aos movimentos sociais e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Cabe frisar, no entanto, que a aprovação do projeto seguiu na trilha das grandes conferências sociais da Organização das Nações Unidas, especialmente a partir da posição do governo brasileiro assumida, ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, na Conferência de Durban, a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância.

A Lei 11645/08 tem sua origem no projeto de lei 433/2003, de autoria da deputada federal Mariângela Duarte (PT/SP). O PL prevendo a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" tramitou entre 2003 e 2008, sendo aprovado neste ano e sancionado pela Presidência da República no segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva. Juntos, os projetos remodelaram parte da LDB em vigor, introduzindo a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira e indígena", apontando para o fato de que o conteúdo programático deveria incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Para tal, esses conteúdos "serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras".

Frise-se, portanto, que o a Legislação em vigor aponta para o caráter geral da normativa, a despeito de apontar áreas curriculares específicas. O que torna, na prática, todos os componentes curriculares como parte do processo de implementação de uma legislação que se pretende antirracista e inclusiva, não sendo responsabilidade exclusiva do ensino de

História, Artes ou Literatura. É com esta percepção, portanto, que o presente trabalho pretende analisar o material didático distribuído aos professores e alunos em todo o país.

5 – Os livros de Sociologia no PNLD

Progressivamente ampliando o público atendido ao longo dos anos 90 e na década seguinte, foi incluído o fornecimento de material didático de Sociologia no PNLD de 2012 – em decorrência da reintrodução da obrigatoriedade de ensino da disciplina nos três anos do Ensino Médio, aprovada em 2008 (Lei 11684/08). A primeira participação da Sociologia no PNLD contou com apenas dois títulos aprovados: *Sociologia para o Ensino Médio* (TOMAZI, 2010), Editora Saraiva, e *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY; FREIRE-MEDEIROS, 2010), Editora do Brasil. Esse número triplicou em 2015, havendo a aprovação de 06 obras. Além da aprovação das versões atualizadas das obras distribuídas no PNLD 2012, houve o acréscimo de *Sociologia* (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013), *Sociologia em movimento* (SILVA *et al*, 2013) e *Sociologia Hoje* (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013). Na edição de 2018, o número de títulos disponíveis aos docentes reduz-se, passando para 5 as obras aprovadas, o livro *Sociologia para Ensino Médio* não figura dentre os aprovados para a nova edição do programa. Apenas o livro *Tempos modernos, tempos de Sociologia* foi aprovado nas três edições do PNLD (2012, 2015 e 2018). Com exceção da obra de Nelson Tomazi – a mais distribuída no PNLD 2012⁶ –, todos os títulos aprovados no PNLD 2015 tiveram suas versões atualizadas aprovados para o PNLD 2018. Não houve acréscimo de títulos novos entre uma edição e outra do programa.

A edição 2018 do PNLD movimentou R\$ 1.467.232.112,09, no atendimento a 117.566 escolas, com cobertura de 31.137.679 de alunos e tendo distribuído 153.899.147 de exemplares⁷. Nesta edição⁸ o programa distribuiu 7.496.730 livros de Sociologia para estudantes de escolas públicas de todo país, ao custo total de R\$ 88.755.268,54, só em valores referentes aos livros disponibilizados aos estudantes – sem o valor de R\$ 1.341.977,43 referente aos 89.317 livros didáticos da área distribuídos aos professores. Dentre as 5 obras disponibilizadas nesta edição do PNLD há uma clara desigualdade: *Sociologia em movimento* teve a tiragem de 2.966.890, seguido de *Sociologia* com 1.514.852. Em terceiro lugar vem o

⁶ Disponível em <https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores> Acessado em 14/08/2016.

⁷ Dados disponíveis em <https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acessados em 19/06/2019

⁸ Ver nota 03.

livro *Sociologia hoje* com 1.214.486 unidades distribuídas. Por fim, com menos de 1 milhão de unidades distribuídas, vem *Sociologia para jovens do século XXI*, com 953.340 livros distribuídos, e *Tempos modernos, tempos de Sociologia*, com 847.162 exemplares entregues aos estudantes. Sociologia em movimento, portanto, é obra com maior adesão por parte dos professores em toda rede pública, tendo mais unidades distribuídas do que a soma do segundo e terceiro colocados.

6 – Análise dos livros didáticos

Já tendo apresentado as obras presentes no PNLD 2018, este trabalho passa a realizar uma breve análise das obras com o intuito de verificar qual subsídio os livros apresentam para ação docente no que tange ao atendimento dos dispositivos da Lei 11645/08. A primeira obra a ser analisada é o *Sociologia em movimento* (SILVA et al, 2016). Sendo uma obra de produção coletiva, contando com 17 autores, o livro foi organizado a partir do trabalho dos professores do Departamento de Sociologia do tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Esta característica aponta para dois elementos importantes do ponto de vista da origem da obra: a presença marcante de profissionais da Educação Básica, mesmo que de um colégio federal, na produção do material e a profunda relação de origem da obra com autores localizados no Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro.

Este é o livro que mais concentra a temática que aqui nos interessa em um capítulo em particular. Tendo 15 capítulos distribuídos em 06 unidades, totalizando 400 páginas, as questões concernentes à Lei 11645/08 estão fortemente presentes no capítulo 05 da segunda unidade. A unidade articula os temas de cultura, poder e relações cotidianas e, em seu quinto capítulo, dedica atenção exclusiva às questões raciais. Rico em teoria, no material boa parte da discussão se dá em torno da questão das relações entre negros e brancos, havendo poucas referências à questão indígena enquanto grupo populacional inserido nesta sociedade que ainda se organiza sobre traços de raça/cor/etnia.

Outro momento em que a temática racial assume importância na obra é no trato das questões envolvendo os movimentos sociais e direitos humanos, capítulos 07 e 08. Também no capítulo 14, ao apresentar o conceito de interseccionalidade entre raça, classe e gênero para pensar as formas de desigualdade, a temática volta ofertar subsídios aos professores e alunos para pensar a forma como estas relações de raça/cor se estabelecem. Cabe frisar, entretanto, que mesmo nestas outras unidades, o centro da análise perpassa a população negra, sendo a população indígena secundária frente à apresentação dos dados do material.

O segundo livro a ser analisado é o *Sociologia* (ARAÚJO *et al*, 2016). Escrito por três pesquisadoras, professoras universitárias, oriundas da Universidade Federal do Paraná, a obra contém 392 páginas, nas quais estão distribuídos 12 capítulos. Diferentemente da obra anterior, também de outras obras no PNLD 2018, as questões étnico-raciais são secundárias na estruturação do sumário, não havendo uma área ou capítulo específico para a temática. Entretanto, o tema aparece como assunto transversal em diferentes capítulos. Os capítulos 02 e 04, por exemplo, vão discutir desigualdades em diferentes âmbitos da vida. Nestes, a questão racial aparece como subtema de outras discussões, articulando diferentes temáticas. O centro está na relação entre brancos e negros e no racismo estruturante dessas relações no Brasil. Procedimento semelhante se dá no capítulo 06 ao discutir cultura e diversidade cultural e movimentos de resistência.

Esta concepção, por um lado, possibilita uma articulação de caráter interseccional do tema frente a outros assuntos sociológicos. Por outro, ao fazê-lo desta forma, as autoras reduziram as chances de formação do docente no que tange ao tema. A dispersão que possibilita a interlocução entre diferentes temas também reduz as chances de um estudo aprofundado sobre o tema em questão.

O livro *Sociologia hoje* (MACHADO *et al*, 2016), terceiro livro de maior distribuição no PNLD 2018, possui 15 capítulos distribuídos em 3 unidades que compõem a obra de 384 páginas. As temáticas concernentes aos temas da lei em tela se concentram na unidade 01, especialmente nos seus quatro primeiros capítulos. Esta é, por certo a obra que mais espaço dedica à questão indígena. Rica em imagens, a obra consegue inserir as questões étnico-raciais num universo mais amplo de temas. Tendo em vista a presença de muitos autores clássicos da Antropologia em diferentes momentos da obra, a questão indígena, em especial, assume contornos de protagonista no conjunto das discussões sobre cultura, diferença e desigualdade. O capítulo 01 abre múltiplas possibilidades exploratórias para que o docente em sala de aula consiga relacionar a apresentação dos conceitos com o exercício de percepção da diferença cultural a partir da experiência com o material sobre comunidades indígenas.

Também cabe frisar que mesmo fora dos capítulos supracitados, há um esforço dos autores para que a questão indígena não seja relegada a uma sessão isolada. Para tal, inserem fotografias, desenhos e outros recursos gráficos, além de textos em destaque e materiais complementares ao longo do livro.

Quarta obra com maior distribuição no programa, o livro *Sociologia para jovens do século XXI* (OLIVEIRA, 2016) possui 24 capítulos distribuídos em 3 unidades. Dentre as 400 páginas do livro, cabe destacar a centralidade da unidade 03 para as discussões que interessam

neste trabalho. Assentada na análise das relações sociais contemporâneas, a unidade apresenta uma série de temas que entrecortam as discussões raciais, com foco na população negra e nas formas de desigualdade que afetam as periferias das cidades. Os capítulos 19 e 21 possuem maior centralidade na discussão racial ao articular desigualdade, racismo e violência. Já os capítulos 04 e 06 apontam de maneira indireta para tais discussões, mas criam condições adequadas ao docente que deseje introduzir estas questões a partir do material didático. No que tange a questão indígena, a obra dedica um capítulo inteiro ao assunto, o capítulo 24, última unidade da publicação. Assentada em uma análise histórica e social, o capítulo possibilita uma discussão sobre marcadores culturais da cultura indígena e da diversidade cultural sob o Estado nacional.

Por fim, o livro *Tempos modernos, tempos de Sociologia* (BOMENY, 2016) é a última obra a ser analisada. Único livro a estar em todas as edições do PLND desde o retorno da Sociologia ao Ensino Médio, a obra possui 384 páginas nas quais se distribuem 22 capítulos em 3 unidades ou partes. Os temas concernentes a Lei 11645/08 se concentram nos capítulos 03, 14 e 18. Boa parte das discussões específicas da temática racial estão em material complementar a leitura. Isso ocorre na discussão sobre raça e história no terceiro capítulo, assim como no décimo quarto capítulo ao discutir a questão dos indígenas nas universidades. A exceção se dá no capítulo 18 quando as autoras dedicam um espaço maior para discussão sobre raça e racismo ao analisar as múltiplas formas de produção e reprodução da desigualdade. Assim como no livro *Sociologia*, as autoras não produziram especificamente um capítulo com a temática étnico-racial. A questão indígena também está pouco representada

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo avaliar de que maneira os manuais didáticos distribuídos pelo Plano Nacional do Livro Didático, edição 2018, na área de Sociologia, podem auxiliar o docente da Educação Básica a implementar uma prática educacional antirracista que consiga dar conta de outras e múltiplas narrativas sobre a constituição deste povo e nação, ao mesmo tempo em que se utiliza do enorme potencial do ensino de Sociologia nos bancos escolares tem de gerar o novo nas percepções sobre as dinâmicas sociais. Para tal, o presente trabalho optou por discutir o livro didático enquanto objeto de intervenção das mais variadas políticas e orientações ideológicas em contextos de disputa de projeto de educação. Neste sentido, a Lei 11645/08 é mais um episódio da relação entre sistemas educacionais e contexto político social. Neste caso, um contexto de tentativa de

inclusão de práticas, saberes, narrativas e histórias silenciadas por processos contínuos de violação.

Neste sentido, pode-se tecer algumas considerações preliminares sobre a contribuição do material didático de Sociologia ao professor e ao estudante nas temáticas concernentes a legislação em tela. Chama atenção a presença secundária que a questão dos povos indígenas ocupa nos livros didáticos em geral. Das 5 obras avaliadas, apenas duas possuem seções mais amplas sobre os povos indígenas. Em *Sociologia hoje*, a questão aparece articulada com diferentes temáticas na unidade 01 e em *Sociologia para jovens do século XXI*, há um capítulo específico para tratar da questão. Ainda sobre este segundo livro, chama atenção a unidade 03, uma vez que concentra boa parte das contribuições da obra para uma educação antirracista.

Diferentemente da questão indígena, há prevalência das temáticas envolvendo a questão das relações raciais entre brancos e negros, apesar da distribuição da desigual do tema dentre as obras analisadas. Enquanto em *Sociologia em movimento* concentra-se a discussão num grande capítulo de qualidade, secundarizando a questão noutras páginas; em *Sociologia*, a temática está dispersa em diferentes capítulos na tentativa de articular a questão racial com outros temas. Na prática, o tema pode passar despercebido ao leitor dada a estratégia.

Estratégia semelhante aparece em *Tempos modernos, tempos de Sociologia*. A estratégia de associar as questões que aqui nos interessam aos textos complementares em diferentes capítulos pode ser útil para dar um caráter interseccional no enfrentamento ao tema por parte do docente. Na prática, no entanto, o capítulo 18 concentra parte do arcabouço que pode ser utilizado pelo docente em sala de aula para discutir relações étnico-raciais. E, ainda assim, fortemente concentrada na situação da população negra.

Os apontamentos aqui presentes são apenas preliminares, não sendo possível esgotar a complexidade de uma comparação deste porte. Outros trabalhos precisarão avaliar a estruturação dos livros didáticos e a maneira como eles contribuem para implementar uma política antirracista nos bancos escolares via ensino de Sociologia. No geral, entretanto, chama atenção a dificuldade de lidar com a questão indígena e o desafio de implementar na construção dos materiais uma perspectiva interseccional no trato dos diferentes temas. Também chama atenção, em várias obras, a baixa presença de autores não-europeus e de mulheres enquanto referências nas obras. Tema para análises futuras.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, S.M.; BRIDI, M.A.; MOTIM, B.L. Sociologia – 2 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016
- AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006
- BARBOSA, L.M.R. Estado e educação em Martinho Lutero: a origem do direito à educação. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 144, p. 866-885.
- BOMENY, H.; FREIRE-MEDEIROS, B.; EMERIQUE, R.B.; O'DONNELL, J. Tempos modernos, tempos de Sociologia. 3ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial e legitimação do estado social. Rev. Adm. Pública [online]. 2017, vol.51, n.1, pp.147-156
- BRITO, S. H. A. A produção de manuais didáticos e o ensino de sociologia na escola média em dois momentos históricos (1935-1989). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p58-75, mai2010
- GATTI JÚNIOR, D. A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.
- MACHADO, I.J.R.; AMORIM, H.; BARROS, C.R. Sociologia Hoje – 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2016
- MEUCCI, S. Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil. Estudos de Sociologia. São Paulo. v.6, n.10, p. 121-157, 2001.
- _____. Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: Primeiros Manuais Didáticos, seus autores, suas expectativas. Mediações, Londrina, v.12, n.1, p. 31-66, jan/jun. 2007.
- OLIVEIRA, J.B.A. et al. A política do livro didático. Campinas: UNICAMP, 1984
- OLIVEIRA, L.F.; COSTA, R.C.R. Sociologia para jovens do Século XXI: manual do professor – 4ª ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016
- PASSOS, J.O. Acordos MEC-USAID: para além da reestruturação do ensino superior (1964-1968). Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.
- PEREIRA, L.C.S. A Reforma Protestante e a Origem da Escola Pública. Psicologado. Edição 10/2013.
- PINA, F. O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966 – 1968). 2011. 187 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.
- PINOTTI, M.L. O movimento negro e a configuração da Lei 10.639/03. XIII Encontro Regional de História (Anais). Coxim, 2016.
- SALOMÃO, I.C. Influências do positivismo na formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Revista Econômica, volume 18, número 1, jun.2016
- SANTOS, A.O.; OLIVEIRA, C. R.; OLIVEIRA, G. S.; GIMENES, O. M. A história da educação de negros no brasil e o pensamento educacional de professores negros no século XIX. (Anais) XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba, 2013.
- SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização in MAIO, C.H.; SANTOS, R.V. (org.) Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996
- SILVA, A. et al. Sociologia em movimento – 2 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2016
- VALENTIM, O. F. O Brasil e o Positivismo. Rio de Janeiro: Publit, 2010.